



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 967 /x (4.ª)

Expeça-se

Publique-se

16 '01' 09

O Secretário da Mesa

Assunto: Critério de aprovação de projectos do QREN

Destinatário: Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

O Diário Regional de Viseu publicou no passado dia 22 de Dezembro uma notícia, com fotografia, na página 9 que dizia o seguinte, entre outras coisas:

“João Azevedo, vereador do PS na autarquia mangualdense e único candidato, por ora conhecido, à presidência da mesma, fez-se acompanhar pelo Deputado da Assembleia da República Miguel Ginestal às freguesias de Fornos de Maceira Dão, Alcafache, Mangualde e Cunha Baixa, para se encontrar com os respectivos Presidentes da Junta”.

“Esta ronda teve como principal objectivo atribuir os apoios previstos no Programa Operacional do Centro”

“Esta medida foi recebida e elogiada pelos presidentes de junta, que foram unânimes em acentuar a importância da influência política, quer do candidato João Azevedo, quer do Deputado Miguel Ginestal, no encaminhamento dos processos, de forma a que fossem bem sucedidos.”

Obviamente que ficamos satisfeitos com a aprovação de diversos caminhos rurais de grande importância para as Freguesias referidas, trata-se de dinheiro que será investido no Concelho de Mangualde com vantagem para as populações.

Ficamos é preocupados com a forma como o processo é conduzido, a maneira escandalosa como um candidato a Presidente de Câmara e um Deputado da Nação programam uma visita para atribuir apoios para os quais não estão mandatados.

Igualmente preocupante é a assumpção de que foi graças à influência política que os projectos foram aprovados, não se faz qualquer menção à qualidade das candidaturas nem aos regulamentos que tiveram de ser cumpridos.

Esta atitude espelha bem a forma como o Partido Socialista instrumentaliza o aparelho de Estado e a Administração Pública, a forma descarada como faz política partidária com o dinheiro de todos nós.

Quem tem competência para “atribuir apoios do Programa Operacional do Centro” é o seu Conselho Directivo.

Ao que julgamos, a aprovação é sempre precedida de uma avaliação de mérito bem como a obrigação de cumprimento dos critérios em vigor, ou não é assim?

Será que basta a influência política de um Deputado e de um militante candidato do PS para aprovar candidaturas ao QREN?

É público que o PSD sempre denunciou que o Governo estava a adiar o QREN para tirar dividendos políticos com a proximidade às eleições, bem como a preparar-se para o instrumentalizar.

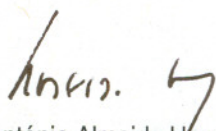
Esta assumpção relatada nesta pergunta ao Governo, espelha de uma forma exemplar estas denúncias por nós efectuadas.

A gravidade desta situação e o que ela espelha de aproveitamento político descarado da “máquina” do Estado e dos apoios do QREN, justificam o esclarecimento das seguintes questões:


- 1. Quem mandou o Senhor Deputado Miguel Ginestal e o Senhor vereador João Azevedo para “atribuir apoios previstos no Programa Operacional Regional do Centro” ?**
- 2. Onde está previsto nos referidos Regulamentos o critério da “influência política”?**

Palácio de São Bento, 14 de Janeiro de 2009.

Os Deputados



António Almeida Henriques



Melchior Moreira



Carlos Miranda



José Cesário